



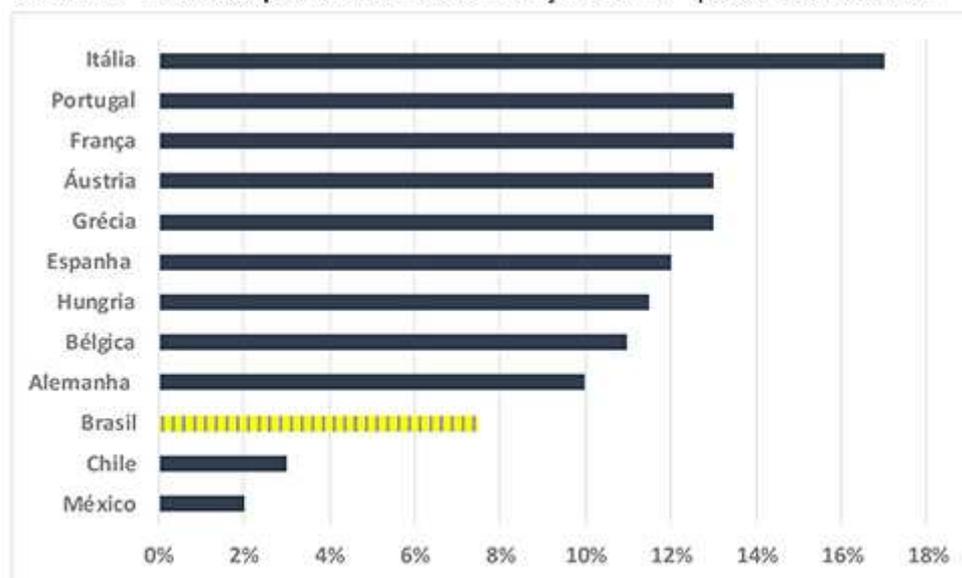
DIEESE - Subseção APCEF/SP

Informe Semanal - n. - 110, 29/03/2017

OCDE é paradigma para a idade, mas quanto á destinação de recursos...Melhor deixar pra lá

Defensores da idade mínima para a aposentadoria – conseqüentemente, o fim da aposentadoria por tempo de contribuição – mencionam com frequência tal critério que é adotado, segundo eles, em países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). É mais ou menos o seguinte: se lá é assim, por que aqui não? No entanto, nunca se menciona o quanto países que integram a Organização destinam de seu Produto Interno Bruto para a previdência. Os Europeus, em especial, aplicam entre 10% e 17% do PIB. O Brasil, 7,5%.

Gráfico 1 – Recursos previdenciários em relação ao PIB – países selecionados



Fonte: ANFIP/DIEESE – Livro “Previdência: Reformar para excluir?”

>Saiba mais

Sustentabilidade?

A pregação no governo interino de Temer é “sustentabilidade”, o que não existirá se a reforma na previdência não for feita. Reforma, no caso, é eufemismo para eliminação de direitos. O Estado gasta demais e a previdência é deficitária, diz a Fazenda. Será mesmo? No trabalho “Previdência: Reformar para excluir?”, ANFIP/DIEESE indicam que o “o déficit é efeito de não se contabilizar como receita da previdência a contribuição do governo”. Se contabilizados todos os valores - incluindo desonerações, desvinculação de receitas da União (DRU), FINSOCIAL e CSLL e não apenas contribuição da folha de pagamento das empresas e salários dos participantes do sistema – não há déficit.

Tabela 1 – Receitas, despesas e resultado da seguridade social

<i>Em milhões de R\$</i>			
Ano	Receitas	Despesas	Resultado da seguridade
2005	289.801	216.915	72.886
2007	354.649	282.685	71.965
2009	392.191	359.968	32.223
2011	527.137	451.323	75.814
2013	651.099	574.653	76.446
2015	694.397	683.061	11.337

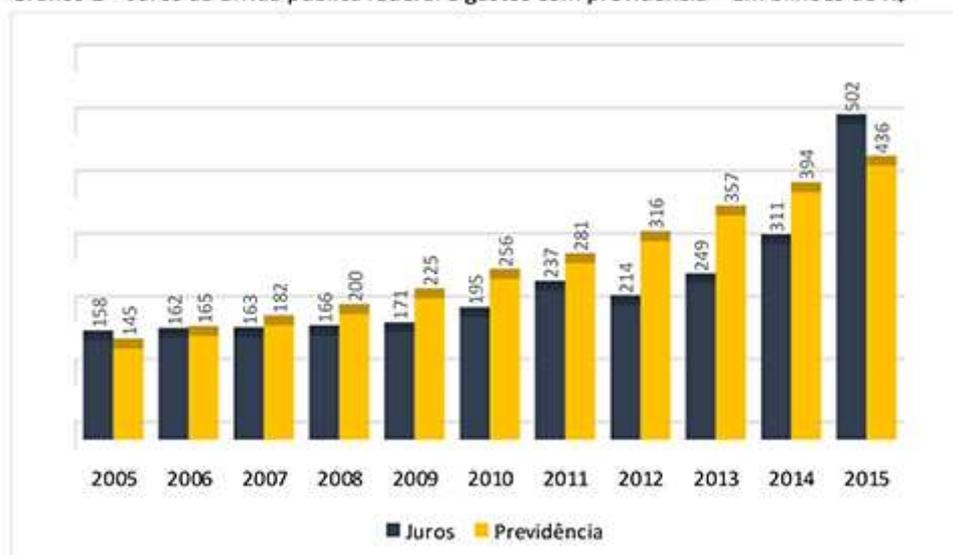
Fonte: ANFIP/DIEESE - "Previdência: Reformar para excluir?"

>Saiba mais

E para quem vai a grana?

Corte na previdência de dezenas de milhões de brasileiros para destinar-se montante maior a alguns milhares de credores da dívida que se alimenta dela mesma, especialmente juros estratosféricos. Note-se (Gráfico 2) que em meses de 2013 e 2014, quando a taxa básica de juros (SELIC) se situou em patamar civilizado, pouco acima da inflação, o gasto da dívida cai e cai bastante. Em 2014 e 2015 se acelera novamente.

Gráfico 2 – Juros da dívida pública federal e gastos com previdência – Em bilhões de R\$



Fonte: ANFIP/DIEESE – Livro "Previdência: Reformar para excluir?"

>Saiba mais